



1 Às nove horas do dia nove de abril de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do
2 Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do
3 Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**, presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, ROSA HAGE,**
4 **DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES e ANTÔNIO JOSÉ**; bem como a presença da
5 Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA, **MARIA REGINA CUNHA**, reuniu-se o Egrégio
6 Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos
7 termos do artigo 29 do Regimento Interno desta Corte. Convocada a Auditora Adriana Oliveira e o Auditor
8 Sérgio Dantas para proposição de voto, nos termos da Resolução nº 10.249/2011. Em seguida, a
9 Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "havendo quorum, declaro aberta
10 a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com
11 justiça, equilíbrio e sabedoria". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 019/2013. Em sequência,
12 apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo**
13 **nº 310012005-00 – 200603862-00; Prefeitura Municipal de Gurupá; Prestação de Contas – 2005;**
14 **Responsável Raimundo Monteiro dos Santos; 6ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -**
15 **Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.370, de 05.04.2013.** Cumprindo dispositivo
16 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de
17 parecer prévio contrário a aprovação das contas, com recolhimento do débito corrigido e cominação de
18 multas, na forma da Lei nº 10.028/00 e do Regimento Interno desta Corte, além da remessa de cópia dos
19 autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
20 seu **VOTO**: "*pela não aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Gurupá, exercício de 2005, de*
21 *responsabilidade do Sr. Raimundo Monteiro dos Santos, por estarem irregulares, nos termos do art. 52, II da Lei n.*
22 *25/94. O citado Ordenador, deve recolher aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, das seguintes quantias:*
23 *- R\$-391.572,73 (trezentos e noventa e um mil, quinhentos e setenta e dois reais e setenta e três centavos), pela*
24 *conta "Agente Ordenador"; - R\$-8.208,32 (oito mil, duzentos e oito reais e trinta e dois centavos), pelo pagamento ao*
25 *Vice-Prefeito em desacordo com o ato fixador (Lei n. 918, de 14/09/04). E ao Fundo de Modernização,*
26 *Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - FUMREAP, de*
27 *conformidade com o art. 3º, III da Lei n. 7.368, de 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, as seguintes multas: - R\$-*
28 *300,00 (trezentos reais), com fundamento no art. 120-B, § 1º do RI/TCM, pela não remessa dos demonstrativos da*
29 *educação e saúde, descumprindo as Resoluções nºs 7.740 e 7.741/05; - R\$-250,00 (duzentos e cinquenta reais), com*
30 *fundamento no art. 120-B, § 1º do RI/TCM, pela não remessa do Parecer do Conselho Municipal do FUNDEF,*
31 *descumprindo o disposto no art. 5º da Resolução n. 7.737/05; - R\$-1.000,00 (hum mil reais), com fundamento no art.*
32 *120-A, II do RI/TCM, pela realização de despesa acima da autorizada, descumprindo o art. 167, II da CF/88 e o art. 59*
33 *da Lei n. 4.320/64; - R\$-1.000,00 (hum mil reais), com fundamento no art. 120-A, II do RI/TCM, pelo não*
34 *cumprimento do art. 7º da Lei do FUNDEF n. 9.424/97 e desvio de finalidade na aplicação dos recursos; R\$-5.000,00*
35 *(cinco mil reais), com fundamento no art. 120-A, II do RI/TCM, pelo descumprimento ao disposto no art. 37, XXI da*
36 *CF/88 c/c o art. 2º da Lei n. 8.666/93, face a ausência de licitação nas despesas realizadas com aquisição de gêneros*
37 *alimentícios (R\$-178.320,96) e aquisição de combustível (R\$ 701.066,90), sem prejuízo de encaminhamento de cópia*
38 *dos autos ao Ministério Público Estadual". Em votação:* O Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar
39 Colares e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Rosa Hage,
40 a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, com a exclusão das
41 multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
42 emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Gurupá, exercício
43 financeiro de 2005, de responsabilidade do Sr. Raimundo Monteiro dos Santos, por estarem irregulares, nos



termos do art. 52, II da Lei nº 25/94, com recolhimento aos Cofres Municipais no prazo de 15 (quinze) dias das seguintes quantias: - R\$-391.572,73 (trezentos e noventa e um mil, quinhentos e setenta e dois reais e setenta e três centavos), pela conta "Agente Ordenador"; - R\$-8.208,32 (oito mil, duzentos e oito reais e trinta e dois centavos), pelo pagamento ao Vice-Prefeito em desacordo com o ato fixador (Lei nº 918, de 14/09/04), sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual para as providências cabíveis. **Por maioria:** ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, as seguintes multas: - R\$-300,00 (trezentos reais), com fundamento no art. 120-B, § 1º do RI/TCM, pela não remessa dos demonstrativos da educação e saúde, em descumprimento as Resoluções nº's 7.740 e 7.741/05; - R\$-250,00 (duzentos e cinquenta reais), com fundamento no art. 120-B, § 1º do RI/TCM, pela não remessa do Parecer do Conselho Municipal do FUNDEF, em descumprimento ao disposto no art. 5º da Resolução nº 7.737/05; - R\$-1.000,00 (hum mil reais), com fundamento no art. 120-A, II do RI/TCM, pela realização de despesa acima da autorizada, em descumprimento ao art. 167, II da CF/88 e o art. 59 da Lei nº 4.320/64; - R\$-1.000,00 (hum mil reais), com fundamento no art. 120-A, II do RI/TCM, pelo não cumprimento do art. 7º da Lei do FUNDEF nº 9.424/97 e desvio de finalidade na aplicação dos recursos; - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com fundamento no art. 120-A, II do RI/TCM, em descumprimento ao disposto no art. 37, XXI da CF/88 c/c o art. 2º da Lei n. 8.666/93, face a ausência de licitação nas despesas realizadas com aquisição de gêneros alimentícios (R\$-178.320,96) e aquisição de combustível (R\$-701.066,90). Vencida a Conselheira Rosa Hage, a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José quanto a multa ao FUMREAP. **Processo nº 1050012001-00 – 200203765-00; Prefeitura Municipal de Tucumã; Prestação de Contas – 2001; Responsável Celso Lopes Cardoso; Auditores Daniel Lavareda e Adriana Oliveira; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.370, de 05.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Tucumã, exercício de 2001, de responsabilidade do Sr. Celso Lopes Cardoso, em função de diferença de saldo na conta do FUNDEF (desvio de aplicação), nos termos do art. 52, II, da Lei Complementar nº 25/94, com recolhimento aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 5º, I, da Lei Federal nº 10.028/2000, a multa de R\$6.000,00 (seis mil reais), correspondente a 5% dos seus vencimentos anuais, pela remessa extemporânea dos Relatórios de Gestão Fiscal. E ao FUMREAP, de acordo com o art. 3º, III, da Lei n. 7.368, de 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, multas, nos seguintes valores: 1 – R\$500,00 (quinhentos reais), nos moldes do art. 120-B, I, do RI/TCM, pela remessa intempestiva do Balanço Geral do exercício (17 dias); 2 – R\$3.001,00 (três mil e um reais), na forma do art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa fora do prazo, dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária dos 2º ao 6º bimestres (acima de 90 dias); 3 – R\$2.000,00 (dois mil reais), nos termos do art. 120-A, II, do RI/TCM, pela abertura de créditos por "excesso de arrecadação", além do real excesso verificado, descumprindo o § 3º do art. 43 da Lei nº 4.320/64; 4 – R\$2.000,00 (dois mil reais), nos moldes do art. 120-A, II, do RI/TCM, pela diferença apresentada no saldo da conta do FUNDEF (desvio de aplicação), no valor de R\$49.372,30 (quarenta e nove mil, trezentos e setenta e dois reais e trinta centavos); e, pelo não envio da documentação do FUNDEF, em separado, descumprindo a Instrução Normativa nº 01-TCM/PA, de 17/03/1998".* **Em votação:** O Conselheiro Daniel Lavareda, Cezar Colares, e Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Antônio José e a Conselheira Mara Lúcia acompanharam o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Tucumã, exercício de 2001, de responsabilidade do Sr. Celso Lopes Cardoso, em função de diferença de saldo na conta do FUNDEF (desvio de aplicação), nos termos do art. 52, II, da Lei Complementar nº 25/94, com recolhimento aos Cofres Municipais, no prazo de



15 (quinze) dias, na forma do art. 5º, I, da Lei Federal nº 10.028/2000, da multa de R\$-6.000,00 (seis mil reais), correspondente a 5% dos vencimentos anuais do Ordenador, pela remessa extemporânea dos Relatórios de Gestão Fiscal. **Por maioria:** ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, aplicação de multas, nos seguintes valores: 1 – R\$-500,00 (quinhentos reais), nos moldes do art. 120-B, I, do RI/TCM, pela remessa intempestiva do Balanço Geral do exercício (17 dias); 2 – R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma do art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa fora do prazo dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária dos 2º ao 6º bimestres (acima de 90 dias); 3 – R\$-2.000,00 (dois mil reais), nos termos do art. 120-A, II, do RI/TCM, pela abertura de créditos por “excesso de arrecadação”, além do real excesso verificado, descumprindo o § 3º do art. 43 da Lei nº 4.320/64; 4 – R\$-2.000,00 (dois mil reais), nos moldes do art. 120-A, II, do RI/TCM, pela diferença apresentada no saldo da conta do FUNDEF (desvio de aplicação), no valor de R\$-49.372,30 (quarenta e nove mil, trezentos e setenta e dois reais e trinta centavos), e pelo não envio da documentação do FUNDEF, em separado, descumprindo a Instrução Normativa nº 01-TCM/PA, de 17/03/1998. Vencida a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Antônio José e a Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 0480011999-00; Prefeitura Municipal de Monte Alegre; Outros – 1999; Responsável Jardel Vasconcelos Carmo; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Pedido de VISTA ao Conselheiro Aloísio Chaves na Sessão de 08.03.2012.** Cumprindo dispositivo regimental o Conselheiro Aloísio Chaves proferiu seu **VOTO VISTA:** “*não tendo nenhuma divergência com relação as conclusões do Conselheiro Relator Cezar Colares, acompanho e VOTO pela emissão de Parecer Prévio pela não aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Monte Alegre, exercício de 1999, sob a responsabilidade do Senhor Jardel Vasconcelos Carmo, inclusive no que pertine ao recolhimento e multas imputadas*”. **Em votação:** A Conselheira Rosa Hage absteve-se de votar. O Conselheiro Daniel Lavareda pediu VISTA dos autos. **Processo nº 480012000-00; Prefeitura Municipal de Monte Alegre; Outros – 2000; Responsável Jardel Vasconcelos Carmo; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Pedido de Vista ao Conselheiro Aloísio Chaves na Sessão de 08.03.2012.** Cumprindo dispositivo regimental o Conselheiro Aloísio Chaves proferiu seu **VOTO VISTA:** “*não tendo nenhuma divergência com relação as conclusões do Conselheiro Relator Cezar Colares, acompanho VOTO pela emissão de Parecer Prévio pela aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Monte Alegre, exercício de 2000, sob a responsabilidade do Senhor Jardel Vasconcelos Carmo, inclusive no que pertine as multas imputadas*”. **Em votação:** A Conselheira Rosa Hage absteve-se de votar. O Conselheiro Daniel Lavareda pediu VISTA dos autos. Em seguida, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. **Processo 1230012009-00; Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará; Prestação de Contas de Governo – 2009; Responsável Lourival Fernandes de Lima; 5ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.370, de 05.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas de Governo. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** “*pela emissão de parecer prévio contrário, recomendando a Câmara Municipal a não aprovação da prestação de contas anuais de governo da Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará, exercício de 2009, de responsabilidade do Sr. Lourival Fernandes de Lima, Prefeito Municipal, com recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias da multa abaixo descrita ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP/TCM, em conformidade com o art. 3º, III, da Lei nº 7.368, de 29 de dezembro de 2009:- 1.1 – R\$5-.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-A, item II, do Regimento Interno - TCM/PA, pela abertura de créditos suplementares em percentual superior ao permitido pela Lei Orçamentária; pelos gastos com o pessoal do Poder Executivo e do Município, que ultrapassaram o limite máximo; pelas diferenças demonstradas entre os recursos fixados na LOA e os valores das dotações iniciais constantes do movimento orçamentário do demonstrativo de despesa da Prefeitura; e pelas contas do Legislativo não terem sido consolidadas ao Executivo no sistema e-contas e meio documental, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos*”



135 *autos ao Ministério Público Estadual".* **Em votação:** O Conselheiro Cezar Colares, acompanhou o Relator, na
136 íntegra. A Conselheira Rosa Hage, a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José acompanharam o
137 Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
138 **unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário, recomendando à Câmara Municipal a não
139 aprovação da prestação de contas anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará,
140 exercício de 2009, de responsabilidade do Sr. Lourival Fernandes de Lima, Prefeito Municipal, sem prejuízo
141 do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** com a exclusão das
142 multas ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro
143 José Carlos Araújo. Vencido o Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro Cezar Colares quanto a multa
144 ao FUMREAP. **Processo nº 1230012009-00; Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará;**
145 **Prestação de Contas de Gestão – 2009; Responsável Lourival Fernandes de Lima; 5ª Controladoria;**
146 **Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE**
147 **nº 32.370, de 05.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
148 posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas de Gestão. A matéria foi
149 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "*pela não aprovação da prestação de*
150 *contas anuais de gestão da Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará, exercício de 2009, de responsabilidade do Sr.*
151 *Lourival Fernandes de Lima, Prefeito Municipal, com recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias, das multas abaixo*
152 *descritas: 1 - Ao Fundo de Modernização, Reparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios*
153 *do Estado do Pará – FUMREAP/TCM, em conformidade com o art. 3º, III, da Lei nº 7.368, de 29 de dezembro de*
154 *2009 :- 1.1 - R\$5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-B, item IV, do Regimento Interno-TCM/PA, pelo envio*
155 *fora do prazo legal dos RREO's; das prestações de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres; do Balanço Geral; da Lei*
156 *Orçamentária e da LDO; 1.2 - R\$10.000,00 (dez mil reais), com base no art. 120-A, item II, do Regimento Interno-*
157 *TCM/PA, pelo não repasse da totalidade das contribuições devidas ao INSS, retidas dos segurados no exercício de*
158 *2009; pelo pagamento a maior dos subsídios dos Gestores Municipais; e pelas dispensas de licitação constantes no e-*
159 *contas, sem processo licitatório justificando as despesas. 2 – Aos cofres municipais: 2.1 - R\$1.074.417,35 (um milhão,*
160 *setenta e quatro mil, quatrocentos e dezessete reais e trinta e cinco centavos), referente ao lançamento na Conta*
161 *Agente Ordenador; 2.2 - R\$24.276,00 (vinte e quatro mil, duzentos e setenta e seis reais), relativo ao pagamento a*
162 *maior dos subsídios dos Gestores Municipais; 2.3 - R\$25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais), correspondente a*
163 *30% dos vencimentos anuais do Prefeito Municipal, com base no art. 5º, I, § 1º (9), da Lei Federal nº 10.028, pelo*
164 *envio intempestivo dos RGF's dos 1º, 2º e 3º quadrimestres, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao*
165 *Ministério Público Estadual".* **Em votação:** O Conselheiro Cezar Colares, acompanhou o Relator, na íntegra. A
166 Conselheira Rosa Hage, a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator,
167 com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
168 decidiu pela não aprovação da prestação de contas anuais de Gestão da Prefeitura Municipal de Santa
169 Luzia do Pará, exercício de 2009, de responsabilidade do Sr. Lourival Fernandes de Lima, Prefeito
170 Municipal, com recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias das multas abaixo descritas: – Aos Cofres
171 Municipais: - R\$-1.074.417,35 (um milhão, setenta e quatro mil, quatrocentos e dezessete reais e trinta e
172 cinco centavos), referente ao lançamento na Conta Agente Ordenador; - R\$-24.276,00 (vinte e quatro mil,
173 duzentos e setenta e seis reais), relativo ao pagamento a maior dos subsídios dos Gestores Municipais; -
174 R\$-25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais), correspondente a 30% dos vencimentos anuais do
175 Prefeito Municipal, com base no art. 5º, I, § 1º da Lei Federal nº 10.028, pelo envio intempestivo dos RGF's
176 dos 1º, 2º e 3º quadrimestres, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
177 Estadual. **Por maioria:** com a exclusão das multas ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do
178 Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. Vencido o Conselheiro Daniel Lavareda e o
179 Conselheiro Cezar Colares quanto a multa ao FUMREAP. Em seguida, houve a inversão da pauta com o
180 julgamento do processo de nº 23, face a presença do Ordenador em Plenário. **Processo nº 200700356-**





181 **00; Prefeitura Municipal de Soure; Recurso de Revisão - Resolução Nº 6.605, de 15.01.2002;**
182 **Responsável Paulo Fernando Macieira Peixoto; Auditor Leonardo Macieira; Procuradora Maria Regina da**
183 **Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.370, de 05.04.2013.** Cumprindo
184 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
185 conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. Presente o Ordenador
186 que fez uso da palavra, nos termos do art. 50 do Regimento Interno do TCM/Pa. Em seguida, o Conselheiro
187 Relator proferiu seu **VOTO**: "*pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, excluindo da condenação as*
188 *seguintes irregularidades: Remessa de documentação referente ao 2º trimestre, Ausência de Comprovantes de*
189 *Despesas: NE's nº's 001, 003, 004, 009, 0012, 0022, DOC's nº's 0031, 0001, 0009, 0010, 0032, 0026, 0030, 0104,*
190 *0029, 0053, e OP's nº's 0756 e 0905, Ausência de contrato de Prestação de Serviços: NE's Nº's 026 e 030, Ausência de*
191 *assinatura do Ordenador de Despesas e do Tesoureiro no comprovante de despesa: NE nº 025, e Ausência de Contrato*
192 *de Locação de Imóvel: Credor – Maria de Nazaré G. Lima. Mantem-se em seus demais termos o julgamento deste*
193 *Plenário no sentido de emitir parecer prévio contrário à aprovação das contas, recomendando à Câmara Municipal de*
194 *Soure a não aprovação das contas da Prefeitura de Soure, exercício financeiro de 1998, período 01.01.1998 a*
195 *11.09.1998, de responsabilidade de Paulo Fernando Macieira Peixoto, face as seguintes irregularidades: a) Conta*
196 *Agente Ordenador no valor de R\$ 3.537,20; b) Desobediência ao art. 212 da CF (não aplicação no mínimo de 25% na*
197 *função educação); c) Desobediência as determinações contidas na IN nº 001/99 e ao disposto no art. 7º da Lei nº*
198 *9.424/96 (aplicações dos recursos do FUNDEF)".* **Em votação:** O Conselheiro Aloísio Chaves votou pelo
199 conhecimento e provimento do Recurso para aprovar as contas do Ordenador recorrente, com ressalva, no
200 que foi acompanhado pela Conselheira Rosa Hage e pela Conselheira Mara Lúcia. O Conselheiro Daniel
201 Lavareda votou por tornar insubsistente o Acórdão guerreado, declarando as contas de ambos os
202 Ordenadores ilíquidas, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Antônio José. A Presidência proclamou
203 a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento do Recurso e, no mérito, **por**
204 **maioria**, acompanhando o voto vencedor do Conselheiro Aloísio Chaves, pelo seu provimento para aprovar
205 as contas do Ordenador recorrente, com ressalva. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José
206 Carlos Araújo. Vencido o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro Antônio
207 José. Em seguida, houve inversão de pauta, para o julgamento do processo de nº 07: **Processo nº**
208 **140052008-00; Gabinete do Prefeito de Belém; Prestação de Contas Anuais de Gestão; Responsável**
209 **Silvia Helena Barbosa Randel; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro**
210 **Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.370, de 05.04.2013.** Retirado de Pauta. **Processo**
211 **nº 310022005-00 – 200601040-00; Câmara Municipal de Gurupá; Prestação de Contas – 2005;**
212 **Responsável Nivaldo dos Santos Nascimento; 6ª Controladoria; Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da**
213 **Silva; Relator – Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.370, de 05.04.2013.** Cumprindo
214 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
215 contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
216 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação
217 das contas da Câmara Municipal de Gurupá, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. Nivaldo dos
218 Santos Nascimento, nos termos do art. 52, II da Lei nº 25/94, com recolhimento aos Cofres Municipais no
219 prazo de 15 (quinze) dias, das seguintes quantias: 1. R\$-888,18 (oitocentos e oitenta reais e oitenta e oito
220 centavos), pela conta "Agente Ordenador"; 2. R\$-1.320,00 (hum mil, trezentos e vinte reais), com
221 fundamento no art. 5º, I, § 1º e 2º da Lei nº 10.028/00, pelo atraso na remessa dos Relatórios de
222 Gestão Fiscal do 1º e 3º quadrimestres, referente ao valor corresponde ao percentual de 5% dos
223 vencimentos anuais do Ordenador (R\$-26.400,00). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José
224 Carlos Araújo, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, houve inversão
225 de pauta para o julgamento do processo de nº 10: **Processo nº 970022008-00; Câmara Municipal de**



226 **Pacajá; Prestação de Contas -2008 anuais de Gestão; Responsável Samuel Ferreira da Silva; 4ª**
227 **Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães;**
228 **Publicado no DOE nº 32.370, de 05.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
229 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrário a aprovação das contas de Gestão. A
230 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
231 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de
232 Pacajá, exercício de 2008, devendo o Sr. Samuel Ferreira da Silva, recolher aos Cofres do Município,
233 devidamente atualizadas, as quantias de R\$-553,94 (quinhentos e cinquenta e três reais e noventa e
234 quatro centavos) e R\$-11.736,00 (onze mil, setecentos e trinta e seis reais), referente ao lançamento à
235 conta "Agente Ordenador" e ao pagamento a maior ao Presidente da Câmara, respectivamente, sem
236 prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Em seguida, houve
237 inversão de pauta para o julgamento do processo de nº 26: **Processo nº 1050012003-00 –**
238 **201105644-00; Prefeitura Municipal de Tucumã; Outros – 2003; Responsável Celso Lopes Cardoso;**
239 **Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Pedido de VISTA ao**
240 **Conselheiro Aloísio Chaves; Sessão 30.10.2012.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Aloísio
241 Chaves proferiu seu **VOTO VISTA**: "*pelo conhecimento do presente recurso, e no mérito, pela reforma da decisão*
242 *contida na Resolução nº 9.935, de 14/10/10, para o fim de emitir parecer prévio, recomendando a Câmara Municipal*
243 *de Tucumã, a aprovação com ressalvas, da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Tucumã, referente ao*
244 *exercício de 2003, de responsabilidade do Senhor Celso Lopes Cardoso, sem prejuízo do recolhimento da multa pelo*
245 *atraso na remessa dos Relatórios de Gestão Fiscal, acompanhando a Relatora". Em votação: O Conselheiro Daniel
246 Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Antônio José acompanharam o voto da Relatora. A
247 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento
248 parcial do Recurso de Reconsideração, com a modificação da decisão anterior prolatada nos termos da
249 Resolução nº 9.935, para emitir parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Tucumã a
250 aprovação, com ressalvas, das contas prestadas por Celso Lopes Cardoso, exercício de 2003, da Prefeitura
251 Municipal, mantendo-se a obrigação do recolhimento da multa de R\$-7.307,77 (sete mil, trezentos e sete
252 reais e setenta e sete centavos), pela remessa intempestiva dos RGF's do 1º e 2º quadrimestres, sob a
253 responsabilidade do Ordenador. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Rosa Hage. Em seguida,
254 houve a convocação da Auditora Adriana Oliveira para composição de quorum, face o impedimento da
255 Conselheira Mara Lúcia de se manifestar no processo por ter atuado nos autos como Procuradora à época.
256 Em seguida, houve inversão de pauta para o julgamento do processo de nº 9: **Processo nº 570022007-**
257 **00; Câmara Municipal de Ponta de Pedras; Prestação de Contas – 2007; Responsável Regina Maria**
258 **Ferreira da Silva; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda;**
259 **Publicado no DOE nº 32.370, de 05.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
260 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrário a aprovação das contas da Câmara
261 Municipal de Ponta de Pedras. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
262 **VOTO**: "*pela não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Ponta de Pedras, exercício de 2007, de*
263 *responsabilidade da Sra. Regina Maria Ferreira da Silva, Ordenadora de Despesa, com recolhimento no prazo de 15*
264 *(quinze) dias, das multas abaixo descritas: 1 – Ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do*
265 *Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP/TCM, em conformidade com o art. 3º, III, da Lei nº*
266 *7.368, de 29 de dezembro de 2009 :-1.1 – R\$10.000,00 (dez mil reais), com base no art. 120-A, item II, do Regimento*
267 *Interno-TCM/PA, pelo pagamento a maior dos subsídios dos Vereadores Municipais; pela desobediência aos limites*
268 *constitucionais de 8% (oito por cento) da receita do município e 70% (setenta por cento) da receita da Câmara; e pela*
269 *incorreta apropriação dos encargos patronais. 2 – Aos Cofres Municipais: 2.1 – R\$4.096,84 (quatro mil, noventa e seis*
270 *reais e oitenta e quatro centavos), com base no art. 5º, inciso II, § 1º, da Lei Federal nº 10.028, pelo envio**



intempestivo do RGF do 1º semestre, correspondente a 15% (quinze por cento) sobre o valor que o Presidente da Câmara deveria ter percebido no exercício (R\$27.312,24); 2.2 – R\$563,63 (quinhentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos), referente ao lançamento na Conta Agente Ordenador, devidamente atualizado; 2.3 – R\$32.628,24 (trinta e dois mil, seiscentos e vinte e oito reais e vinte e quatro centavos), relativo ao pagamento a maior dos subsídios dos Srs. Edis, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual”. **Em votação:** O Conselheiro Cezar Colares, acompanhou o Relator, na íntegra. A Conselheira Rosa Hage, a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Ponta de Pedras, exercício de 2007, de responsabilidade da Sra. Regina Maria Ferreira da Silva, Ordenadora de despesa, com recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias, aos Cofres Municipais: – R\$-4.096,84 (quatro mil, noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos), com base no art. 5º, inciso II, § 1º, da Lei Federal nº 10.028, pelo envio intempestivo do RGF do 1º semestre, correspondente a 15% (quinze por cento) sobre o valor que o Presidente da Câmara deveria ter percebido no exercício (R\$27.312,24); – R\$-563,63 (quinhentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos), referente ao lançamento à conta “Agente Ordenador”, devidamente atualizado; – R\$-32.628,24 (trinta e dois mil, seiscentos e vinte e oito reais e vinte e quatro centavos), relativo ao pagamento a maior dos subsídios dos Srs. Edis, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, **por maioria**, sem a aplicação da multa ao FUMREAP. Vencido o Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve inversão de pauta, para o julgamento do processo de nº 13: **Processo nº 572042007-00; Fundo Municipal de Saúde de Ponta de Pedras; Prestação de Contas – 2007; Responsável Leotte Pimentel Piqueira Neto; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.370, de 05.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Ponta de Pedras. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** “pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Ponta de Pedras, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Leotte Pimentel Piqueira Neto, Ordenador de Despesa, com recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias da multa abaixo descrita ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP/TCM, em conformidade com o art. 3º, III, da Lei nº 7.368, de 29 de dezembro de 2009: - 1 – R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-A, item II, do Regimento Interno - TCM/PA, pela não apropriação dos encargos patronais; pelas despesas realizadas com processo licitatório irregular, caracterizando fracionamento na licitação, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual”. **Em votação:** O Conselheiro Cezar Colares acompanhou o Relator, na íntegra. A Conselheira Rosa Hage, a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, com a exclusão da aplicação de multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Ponta de Pedras, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Leotte Pimentel Piqueira Neto, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**, sem a aplicação da multa ao FUMREAP. Vencido o Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1232022009-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Luzia do Pará; Prestação de Contas – 2009; Responsável Lourival Fernandes de Lima; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.370, de 05.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrário a aprovação das contas do Fundo Municipal de



Assistência Social de Santa Luzia do Pará. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pela não aprovação da prestação de contas do Sr. Lourival Fernandes de Lima - Prefeito Municipal, responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Santa Luzia do Pará, no exercício de 2009, com recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias das multas abaixo descritas: 1 – Ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP/TCM, em conformidade com o art. 3º, III, da Lei nº 7.368, de 29 de dezembro de 2009:- 1.1 – R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-B, item IV, do Regimento Interno-TCM/PA, pelo envio da prestação de contas dos 03 (três) quadrimestres fora dos prazos legais; 1.2 – R\$-8.000,00 (oito mil reais), com base no art. 120-A, item II, do Regimento Interno-TCM/PA, pelo não repasse ao INSS das retenções realizadas durante o exercício 2009, e pela não remessa do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social. 2 – Aos cofres municipais: 2.1 – R\$3-6.315,07 (trinta e seis mil, trezentos e quinze reais e sete centavos), referente ao lançamento na Conta Agente Ordenador, devidamente atualizado, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual." **Em votação**: O Conselheiro Cezar Colares acompanhou o Relator, na íntegra. A Conselheira Rosa Hage, a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Sr. Lourival Fernandes de Lima - Prefeito Municipal, responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Santa Luzia do Pará, no exercício de 2009, com recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias, aos Cofres Municipais do valor de R\$-36.315,07 (trinta e seis mil, trezentos e quinze reais e sete centavos), referente ao lançamento à Conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: sem a aplicação das multas ao FUMREAP. Vencido o Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro Cezar Colares quanto a aplicação de multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1232032009-00; Fundo Municipal de Saúde de Santa Luzia do Pará; Prestação de Contas – 2009; Responsável Lucivânia da Silva Blandett; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.370, de 05.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrário a aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Santa Luzia do Pará. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pela não aprovação da prestação de contas da Sra. Lucivânia da Silva Blandett – Secretária Municipal, responsável pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Santa Luzia do Pará, no exercício de 2009, com recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias das multas abaixo descritas: 1 – Ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP/TCM, em conformidade com o art. 3º, III, da Lei nº 7.368, de 29 de dezembro de 2009:- 1.1 – R\$5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-B, item IV, do Regimento Interno-TCM/PA, pelo envio da prestação de contas dos 03 (três) quadrimestres fora dos prazos legais; 1.2 – R\$8.000,00 (oito mil reais), com base no art. 120-A, item II, do Regimento Interno-TCM/PA, pelas despesas realizadas sem processo de dispensa de licitação e pela não remessa do Parecer do Conselho Municipal de Saúde. 2 – Aos Cofres Municipais: 2.1 – R\$-189.755,20 (cento e oitenta e nove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), referente ao lançamento na Conta Agente Ordenador, devidamente atualizado, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual para as providências cabíveis". **Em votação**: O Conselheiro Cezar Colares, acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Rosa Hage, a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Sra. Lucivânia da Silva Blandett – Secretária Municipal, responsável pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Santa Luzia do Pará, no exercício de 2009, com recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias, aos Cofres Municipais no valor de R\$-189.755,20 (cento e oitenta e nove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), referente ao lançamento à conta



362 "Agente Ordenador", devidamente atualizado, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao
363 Ministério Público Estadual. **Por maioria:** sem a aplicação da multa ao FUMREAP. Vencido o Conselheiro
364 Daniel Lavareda e o Conselheiro Cezar Colares quanto a aplicação de multa ao FUMREAP. Ausência, por
365 ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
366 **1232102009-00; FUNDEB de Santa Luzia do Pará; Prestação de Contas – 2009; Responsável Lourival**
367 **Fernandes de Lima; 5ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator -Conselheiro**
368 **Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.370, de 05.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o
369 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas.
370 A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela não aprovação da*
371 *prestação de contas do Sr. Lourival Fernandes de Lima - Prefeito Municipal, responsável pelo Fundo de Manutenção e*
372 *Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de Santa Luzia do Pará – FUNDEB*
373 *de Santa Luzia do Pará, no exercício de 2009, com recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias da multa abaixo descrita:*
374 *1 – Ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado*
375 *do Pará – FUMREAP/TCM, em conformidade com o art. 3º, III, da Lei nº 7.368, de 29 de dezembro de 2009:- 1.1 –*
376 *R\$5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-B, item IV, do Regimento Interno-TCM/PA, pelo envio da prestação*
377 *de contas dos 03 (três) quadrimestres fora dos prazos legais; 1.2 – R\$10.000,00 (dez mil reais), com base no art. 120-*
378 *A, item II, do Regimento Interno-TCM/PA, pelo não repasse para o INSS das contribuições retidas dos contribuintes no*
379 *exercício 2009; pelo não recolhimento ao Fundo de Previdência Municipal relativo às contribuições retidas dos*
380 *servidores no período de 2009; pelas despesas realizadas sem processo licitatório; e pela não remessa do Parecer do*
381 *Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB. 2 – Aos Cofres Municipais: 2.1 – R\$513.564,83 (quinhentos e treze*
382 *mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e oitenta e três centavos), referente ao lançamento na Conta Agente*
383 *Ordenador, devidamente atualizado, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público*
384 *Estadual".* **Em votação:** O Conselheiro Cezar Colares acompanhou o Relator, na íntegra. A Conselheira
385 Rosa Hage, a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, com a
386 exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
387 pela não aprovação da prestação de contas do Sr. Lourival Fernandes de Lima - Prefeito Municipal,
388 responsável pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos
389 Profissionais da Educação de Santa Luzia do Pará – FUNDEB de Santa Luzia do Pará, no exercício de 2009,
390 com recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias aos Cofres Municipais do valor de R\$-513.564,83
391 (quinhentos e treze mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e oitenta e três centavos), referente ao
392 lançamento à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado, sem prejuízo do encaminhamento de
393 cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** sem a aplicação da multa ao FUMREAP.
394 Vencido o Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro Cezar Colares quanto a aplicação de multa ao
395 FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos
396 Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 46. **Processo nº**
397 **201207888-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR;**
398 **Aposentadoria - Registro da Portaria nº 028/2012, de 17.04.2012; Interessada Neci Rodrigues da Silva;**
399 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental,
400 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do
401 ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência
402 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 028/2012, do
403 Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR, que aposentou a
404 Sra. Neci Rodrigues da Silva. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do
405 Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de
406 nº 11. **Processo nº 1440022010-00; Câmara Municipal de Tracuateua; Prestação de Contas – 2010**



407 contas anuais de Gestão; Responsável Maria da Glória Silveira Silva (01/01 A 31/08) e Raimundo Costa da
408 Cunha (01/09 a 31/12/2010); 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro
409 Antônio José; Publicado no DOE nº 32.370, de 05.04.2013. Cumprindo dispositivo regimental, o
410 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favorável a aprovação das contas
411 de Gestão. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
412 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Câmara
413 Municipal de Tracuateua, exercício de 2010, com a expedição dos respectivos Alvarás de Quitação, em
414 favor de Maria da Glória Silveira Silva e Raimundo Costa da Cunha, nos valores de R\$-582.150,76
415 (quinhentos e oitenta e dois mil, cento e cinquenta reais e setenta e seis centavos) e R\$-297.785,22
416 (duzentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e cinco reais e vinte e dois centavos), pelas despesas
417 ordenadas nos períodos de 01/01 a 31/08 e 01/09 a 31/12. Ausência, por ocasião da votação, do
418 Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo.
419 **Processo nº 613982006-00; Fundo Municipal de Saúde de Primavera; Prestação de Contas –**
420 **2006; Responsável Maria das Graças O. da Trindade; 1ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da**
421 **Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.370, de 05.04.2013.** Retirado de
422 pauta. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 19. **Processo nº**
423 **0534242007-00; Fundo Municipal de Saúde de Oriximiná; Prestação de Contas – 2007; Retirado da**
424 **Pauta do dia 02.04.2013; Responsável Maria José Picanço Abucater (Janeiro a Março, Junho, Setembro e**
425 **Dezembro/2007); e Wagner Lúcia Alves (Abril, Maio, Julho, Agosto, Outubro e Novembro/2007); 4ª**
426 **Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José**
427 **Guimarães - Retirado da Pauta na Sessão do dia 02.04.13; Publicado no DOE nº 32.370, de**
428 **05.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos
429 e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
430 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
431 não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Oriximiná, exercício de 2007, com o
432 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação,
433 do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em
434 seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 17. **Processo nº 432242004-**
435 **00; Fundo Municipal de Saúde de Maracanã; Prestação de Contas – 2004; Responsável Manoel**
436 **Moreira Campos; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares;**
437 **Publicado no DOE nº 32.370, de 05.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
438 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A
439 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
440 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo
441 Municipal de Saúde de Maracanã, exercício de 2004, de responsabilidade de Manoel Moreira Campos, com
442 a expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas. Ausência, por ocasião de votação, do
443 Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo.
444 **Processo nº 1244282003-00; Fundo Municipal de Saúde de São Domingos do Araguaia;**
445 **Prestação de Contas – 2003; Responsável Francisco Edison Coelho Frota; 2ª Controladoria; Procuradora -**
446 **Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.370, de**
447 **05.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos
448 e manifestou-se manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O
449 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
450 decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de São Domingos do Araguaia, exercício



451 de 2003, de responsabilidade de Francisco Edison Coelho Frota, com a expedição do Alvará de Quitação
452 pelas despesas ordenadas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do
453 Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve inversão de pauta,
454 para o julgamento do processo de nº 20: **Processo nº 140102002-00; Secretaria Municipal de**
455 **Economia de Belém; Prestação de Contas – 2002; Responsável Carlos Alberto Barros Bordalo e Ivanize**
456 **de Souza Coelho; Auditor Alcimar Lobato; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar**
457 **Colares; Publicado no DOE nº 32.370, de 05.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
458 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria
459 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
460 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Secretaria Municipal de
461 Economia da Prefeitura Municipal de Belém, com a expedição do Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião
462 de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos
463 Araújo. **Processo nº 200909701-00; Prefeitura Municipal de Anajás; Recurso de Revisão contra**
464 **decisão objeto da Resolução nº 8.180 (Prestação de Contas de 2002); Responsável Raimundo Nogueira**
465 **Filho; 1ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no**
466 **DOE nº 32.370, de 05.04.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1310012005-00; Prefeitura**
467 **Municipal de Bannach; Recurso de Revisão contra decisão objeto da Resolução Nº 10.130 (Prestação de**
468 **Contas de 2005); Responsável Geraldo Fernandes de Oliveira; 1ª Controladoria; Procuradora Maria Inez**
469 **Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.370, de 05.04.2013.** Cumprindo
470 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
471 conhecimento e provimento total do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira
472 Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
473 pelo conhecimento e provimento total do Recurso de Revisão, com a reforma da Resolução nº 10.130, de
474 23 de agosto de 2011, para recomendar a emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas da
475 Prefeitura Municipal de Bannach, exercício de 2005, e a exclusão da irregularidade referente à conta
476 "Agente Ordenador", descrita na referida Resolução. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro
477 Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
478 **201211931-00; Prefeitura Municipal de Baião; Recurso de Reconsideração da decisão objeto da**
479 **Resolução Nº 10.328/12; Responsável Benedita do Pilar Lobo Dias; 4ª Controladoria; Procuradora Maria**
480 **Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.370, de**
481 **05.04.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 200816776-00; Prefeitura Municipal de São Félix do**
482 **Xingu; Recurso de Revisão interposto contra a decisão da Resolução nº 7.967, de 28/06/2005;**
483 **Responsável Antônio Paulino da Silva; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora da**
484 **proposição de voto Auditora Adriana Oliveira; Publicado no DOE nº 32.370, de 05.04.2013.**
485 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
486 manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A
487 Auditora proferiu sua proposição de **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
488 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a exclusão da
489 irregularidade referente ao descumprimento do art. 72 da Lei nº 101/2000 e, por conseguinte, a redução
490 da multa aplicada de R\$-10.000,00 (dez mil reais) para R\$-7.500,00 (sete mil e quinhentos reais); a
491 exclusão do rol de irregularidades ensejadoras da emissão de parecer prévio contrário à aprovação das
492 contas, o não recolhimento ao Instituto de Previdência dos valores retidos do funcionalismo, sem prejuízo
493 da multa aplicada; manter inalterados os demais termos da decisão recorrida que recomendou à Câmara
494 Municipal a não aprovação das contas prestadas pelo Prefeito do Município. Ausência, por ocasião de



495 votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos
496 Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 27. **Processo nº**
497 **1090022002-00 – 201021027-00; Câmara Municipal de Aurora do Pará;** Recurso de
498 Reconsideração - Acórdão nº 19.435/2010; Responsável Raimundo Nonato da Silva; Auditora Elaine
499 Zahluth Bastos; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no**
500 **DOE nº 32.370, de 05.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
501 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria
502 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
503 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso,
504 mantendo-se a decisão traduzida no Acórdão recorrido, com a reforma apenas para dar baixa na
505 responsabilização dos valores comprovadamente recolhidos: R\$ 25.350,00 (vinte e cinco mil, trezentos e
506 cinquenta reais), pelo pagamento a maior dos subsídios dos vereadores, e R\$ 1.354,01 (hum mil, trezentos
507 e cinquenta e quatro reais e um centavo), referente as despesas irregulares com hospedagem e
508 alimentação feitas com vereadores e assessores da Câmara. Ausência, por ocasião de votação, do
509 Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. Com
510 impedimento da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201010942-00; Câmara Municipal de São**
511 **João de Pirabas;** Recurso de Reconsideração - Acórdão 19.731; Responsável Afonso Paulo Rodrigues dos
512 Santos; Auditor Acilmar Lobato; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares;
513 **Publicado no DOE nº 32.370, de 05.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
514 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso.
515 A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "*pelo conhecimento e*
516 *provimento total do recurso, modificando a decisão desta Corte que rejeitou as contas da Câmara Municipal de São*
517 *João de Pirabas, exercício de 2005, aprovando-a com ressalva, que se configura na manutenção da multa de R\$*
518 *1.000,00 (um mil reais) a ser recolhida ao FUMREAP, pela não apropriação dos encargos patronais. Após a*
519 *comprovação do recolhimento da multa no prazo de quinze dias contado da publicação da decisão, expeça-se o*
520 *competente Alvará de Quitação em nome do Vereador Presidente e ordenador das despesas, Afonso Paulo Rodrigues*
521 *dos Santos, no valor de R\$ 250.084,82 (duzentos e cinquenta mil, oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos),*
522 *onde se incluem R\$ 63,04 (sessenta e três reais e quatro centavos) de saldo em bancos para o exercício seguinte."*
523 **Em votação:** A Conselheira Rosa Hage e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator. A
524 Conselheira Mara Lúcia pediu VISTA dos autos. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio
525 Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201205888-**
526 **00 – 722032003-00; Fundo Municipal de Saúde de Santarém - Novo;** Recurso de Revisão -
527 Acórdão nº 18.986/2011-TCM; Responsável Sei Ohaze; 2ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth
528 Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.370, de 05.04.2013.**
529 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
530 manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O
531 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
532 decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso de Revisão interposto por Sei Ohaze, com a
533 exclusão da multa de R\$-200,00 (duzentos reais) relativa a não remessa do parecer do Conselho Municipal
534 de Saúde, e a manutenção dos termos da decisão recorrida, consubstanciada no Acórdão nº 18.986/2009-
535 TCM, de 15.10.2009, que negou aprovação as contas do Fundo Municipal de Saúde de Santarém Novo,
536 exercício financeiro de 2003. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do
537 Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo.
538 **Processo nº 201004190-00; Fundação Cultural do Município de Belém- FUMBEL;** Prestação de
539 Contas do Convênio nº 004/2010, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação



540 Cultural do Município de Belém - FUMBEL e Liga Independente dos Blocos de Enredo de Belém – Lisbel;
541 Responsável Pedro Jorge Sarmanho de Castro; 2ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da
542 Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
543 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas de Convênio. A matéria foi
544 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**:
545 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 004/2010-FUMBEL, da
546 Liga Independente dos Blocos de Enredo de Belém - LISBEL, de responsabilidade de Pedro Jorge Sarmanho
547 de Castro, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-5.000,00 (cinco mil reais). Ausência, por
548 ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José
549 Carlos Araújo. **Processo nº 201107595-00 – 201004178-00; Fundação Cultural de Belém –**
550 **FUMBEL**; Prestação de Contas do Convênio nº 006/2010, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém,
551 através da Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL e Escolas de Samba Associadas – ESA.;
552 Responsável Alex Luiz dos Anjos Meireles; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -
553 Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
554 posicionamento dos autos e manifestou-se manifestou-se pela aprovação das contas de Convênio. A
555 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
556 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 006/2010.
557 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do
558 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201107480-00; Fundação Cultural de Belém –**
559 **FUMBEL**; Prestação de Contas do Convênio nº 013/2011, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém,
560 através da Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL e Liga dos Blocos e Escolas de Samba de
561 Icoaraci Responsável Roberto de Souza Macedo; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha;
562 Relator Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
563 posicionamento dos autos e manifestou-se manifestou-se pela aprovação das contas de Convênio. A
564 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
565 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 013/2011.
566 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do
567 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201207135-00; Fundação Cultural de Belém; Prestação**
568 **de Contas do Convênio Nº 001/2012**, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação
569 Cultural do Município de Belém - FUMBEL e a Associação dos Malhadores de Judas "Xodó da Nega";
570 Responsável Ana Lúcia Ferreira Gonçalves; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -
571 Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
572 posicionamento dos autos e manifestou-se manifestou-se pela aprovação das contas de Convênio. A
573 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
574 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 001/2012.
575 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do
576 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201208343-00; Fundação Cultural de Belém –**
577 **FUMBEL**; Prestação de Contas do Convênio Nº 007/2012, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém,
578 através da Fundação Cultural do Município de Belém- FUMBEL e o Império de Samba Quem São Eles.;
579 Responsável Eduardo Jamil Nery Mouzinho; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator
580 - Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
581 posicionamento dos autos e manifestou-se manifestou-se pela aprovação das contas de Convênio. A
582 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
583 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovação das contas do Convênio nº 007/2012. Ausência,



584 por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro
585 José Carlos Araújo. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel
586 Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201216923-00; Fundação Cultural de**
587 **Belém;** Prestação de Contas do Convênio nº 229/2012, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém,
588 através da Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL e a Associação Mãe do Redentor -
589 Comunidade Católica Mar a Dentro.; Responsável Léa Cristina Biazeto da Silva; 2ª Controladoria;
590 Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Retirado de pauta. **Processo nº**
591 **201202787-00; Fundação Cultural de Belém – FUMBEL;** Prestação de Contas do Convênio Nº
592 032/2011, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Cultural do Município de
593 Belém - FUMBEL e obras Sociais da Paróquia de Nazaré.; Responsável Raimundo Silvio Jaques; 2ª
594 Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo
595 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
596 manifestou-se pela aprovação das contas de Convênio. A matéria foi colocada **em discussão**. O
597 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
598 decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 032/2011. Ausência, por ocasião de votação, do
599 Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo**
600 **nº 201302379-00; Origem Fundação Cultural do Município de Belém;** Prestação de Contas do
601 Convênio Nº 014/2011, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Cultural do
602 Município de Belém - FUMBEL e União das Escolas de Samba de Belém – UESB; Responsável Ronaldo
603 Norberto Paiva Costa; 2º Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar
604 Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
605 manifestou-se pela aprovação das contas de Convênio. A matéria foi colocada **em discussão**. O
606 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
607 decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 014/2011-FUMBEL. Ausência, por ocasião de votação,
608 do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo.
609 **Processo nº 201107424-00; Fundação Cultural do Município de Belém;** Prestação de Contas do
610 Convênio Nº 009/2011, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Cultural do
611 Município de Belém - FUMBEL e Liga de Blocos e Escolas de Samba da Ilha de Caratateua – LIBESICA.;
612 Responsável Maria Diane Brito Palheta; 2 Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -
613 Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
614 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas de Convênio. A matéria foi colocada
615 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário,
616 **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 009/2011-FUMBEL. Ausência, por
617 ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José
618 Carlos Araújo. **Processo nº 201108080-00; Fundação Cultural do Município de Belém;** Prestação
619 de Contas do Convênio nº 008/2011, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação
620 Cultural do Município de Belém - FUMBEL e Escolas de Samba Boêmios da Vila Famosa.; Responsável
621 Marco Antônio Souza de Araújo; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -
622 Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
623 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas de Convênio. A matéria foi colocada
624 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário,
625 **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 008/2011-FUMBEL. Ausência, por
626 ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José
627 Carlos Araújo. **Processo nº 201107878-00; Fundação Cultural do Município de Belém;** Prestação



628 de Contas do Convênio nº 004/2011, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação
629 Cultural do Município de Belém - FUMBEL e a Organização não Governamental "Tradição Guamaense".;
630 Responsável Hélio João Martins e Silva; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -
631 Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
632 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas de Convênio. A matéria foi colocada
633 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,
634 **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 004/2011-FUMBEL. Ausência, por
635 ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José
636 Carlos Araújo. **Processo nº 201208013-00; Fundação Cultural do Município de Belém; Prestação**
637 **de Contas do Convênio nº 006/2010, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação**
638 **Cultural do Município de Belém - FUMBEL e Grêmio Recreativo Escola de Samba Piratas da Batucada.;**
639 **Responsável Rcardo Luiz da Costa Fernandes; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha;**
640 **Relator - Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
641 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas de Convênio. A matéria foi colocada
642 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,
643 **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 006/2012-FUMBEL. Ausência, por
644 ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José
645 Carlos Araújo.. **Processo nº 201300706-00; Fundação Cultural do Município de Belém; Prestação**
646 **de Contas do Convênio nº 028/2011, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação**
647 **Cultural do Município de Belém - FUMBEL e Companhia Paraense de Performance.;** Responsável José Eloi
648 Iglesias Comesanha; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar
649 Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
650 manifestou-se pela aprovação das contas de Convênio. A matéria foi colocada **em discussão.** O
651 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à unanimidade,
652 decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 028/2011-FUMBEL. Ausência, por ocasião de votação,
653 do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo.
654 **Processo nº 201302546-00; Fundação Cultural de Belém – FUMBEL; Prestação de Contas do**
655 **Convênio Nº 014/2012, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Cultural do**
656 **Município de Belém - FUMBEL e a União das Escolas de Samba de Belém; Responsável Ronaldo Norberto**
657 **Paiva Costa; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares.**
658 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
659 manifestou-se manifestou-se pela aprovação das contas de Convênio. A matéria foi colocada **em**
660 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
661 **unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 014/2012. Ausência, por ocasião de
662 votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos
663 Araújo. **Processo nº 201107922-00; Fundação Cultural do Município de Belém; Prestação de**
664 **Contas do Convênio Nº 016/2011, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação**
665 **Cultural do Município de Belém - FUMBEL e Grêmio Recreativo Escola de Samba Piratas da Batucada.;**
666 **Responsável Ricardo Luiz da Costa Fernandes; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha;**
667 **Relator - Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
668 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas de Convênio. A matéria foi colocada
669 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,
670 **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 016/2011-FUMBEL. Ausência, por
671 ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José



672 Carlos Araújo. **Processo nº 200802395-00; Instituto de Previdência Social dos Servidores**
673 **Públicos do Município de Altamira;** Aposentadoria - Resolução 026/2011; Interessada Maria Rita de
674 Souza Chaves; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheira Rosa Hage. Retirado de pauta.
675 **Processo 201011669-00; Prefeitura Municipal de Paragominas;** Aposentadoria Portaria Nº
676 19/2011, de 08.08.2011; Interessado Gelceni Zocateli Rosa; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -
677 Conselheiro José Carlos Araújo. Retirado de pauta. **Processo nº 201213819-00; IPAMB/PMB;**
678 Aposentadoria -Portaria nº 0884/12, de 19.07.13; Interessado José Mendonça Ricino; Procuradora Maria
679 Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
680 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao Registro. A matéria foi
681 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**:
682 O Plenário, à unanimidade, decidiu pelo registro da Portaria nº 0884/12. Ausência, por ocasião de votação,
683 do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo.
684 **Processo nº 201207601-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Breves;**
685 Aposentadoria - Portaria nº 070/2011, de 03.08.2011; Interessado Alcides da Costa Viana; Procuradora -
686 Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Auditor Convocado para proposição de voto Sérgio Franco
687 Dantas. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
688 manifestou-se favoravelmente ao Registro. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor convocado
689 proferiu sua proposição de **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
690 decidiu pelo registro da Portaria nº 70/2011. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio
691 Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201104804-**
692 **00; IPM/ Cachoeira do Arari;** Aposentadoria -Portaria nº 006/2011, de 18.03.2011; Interessada Maria
693 Ferreira Sampaio; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor Convocado para proposição de voto
694 Sérgio Franco Dantas. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
695 dos autos e manifestou-se favoravelmente ao Registro. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor
696 proferiu sua proposição de **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
697 decidiu pelo Registro da Portaria nº 020/2012. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio
698 Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201019035-**
699 **00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Curralinho;** Aposentadoria - Portaria nº
700 06/2011, de 24.04.2011; Interessado Domingos Souza Pantoja; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -
701 Auditor Convocado para proposição de voto Sérgio Franco Dantas. Cumprindo dispositivo regimental, o
702 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao Registro. A
703 matéria foi colocada **em discussão**. O Relator Auditor convocado proferiu sua proposição de **VOTO**. A
704 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo Registro da Portaria nº
705 06/2011. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda
706 e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201108053-00; Instituto de Previdência e**
707 **Assistência do Município de Curralinho;** Aposentadoria - Portaria nº 024/2012, de 10.02.2012;
708 Interessado Manoel das Graças de Oliveira Maia; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor
709 Convocado Sérgio Franco Dantas. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
710 posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao Registro. A matéria foi colocada **em**
711 **discussão**. O Relator Auditor convocado proferiu sua proposição **VOTO**. A Presidência proclamou a
712 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 024/2012. Ausência, por
713 ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José
714 Carlos Araújo. **Processo 201119081-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de**
715 **Redenção do Pará;** Aposentadoria - Portaria nº 67/2012, de 16 de outubro de 2012; Interessada Maria



716 Suleide Silva da Costa; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor Convocado Sérgio Franco Dantas.
717 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
718 manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator
719 Auditor convocado proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
720 decidiu pelo Registro da Portaria nº 67/2012. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio
721 Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201213341-**
722 **00; IPAMB/PMB; Contratos Temporários; Interessado Oséas Silva Junior; Procuradora Maria Inez**
723 **Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
724 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro dos Contratos. A matéria foi colocada **em**
725 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
726 **unanimidade**, decidiu pelo registro dos Contratos nº's 014; 018; 015; 016; 017; 019; 020; 021; 022 e
727 025/12. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e
728 do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201213436-00; IPAMB/PMB; Contratos Temporários;**
729 **Interessado Oséas Silva Junior; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José**
730 **Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
731 manifestou-se pela negativa do contrato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
732 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
733 registro do Contrato nº 024/12, e contrariamente aos de nº's 023/12, 030/12, 028/12 e 029/12, de nº
734 201/10 e 202/10. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel
735 Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201202412-00; Escola Bosque Professor**
736 **Eidorfe Moreira; Contratos Temporários de nº's 001 a 025/2012 firmados com Afonso Silva de Souza e**
737 **Outros; Interessado Elton de Barros Braga – Presidente; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor**
738 **Convocado para proposição de voto Sérgio Franco Dantas.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
739 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa do contrato. A matéria foi
740 colocada **em discussão**. O Auditor proferiu sua proposição de **VOTO**. A Presidência proclamou a
741 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro dos Contratos Temporários de nº's 001 a
742 025/2012, com as observações constantes no voto. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro
743 Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
744 **201206280-00; Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira; Contratos Temporários nº's 062, 063,**
745 **064, 065, 066, 067, 068, 069, 070, 071, 072, 073, 074, 075, 077 e 078/2012 firmado com Alcione do**
746 **Socorro Souza Gomes e Outros; Interessado Elton de Barros Braga – Presidente; Procuradora Maria Inez**
747 **Gueiros; Relator convocado para proposição de voto Auditor Convocado Sérgio Franco Dantas.** Cumprindo
748 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
749 registro do contrato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor proferiu sua proposição de **VOTO**.
750 A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro dos Contratos
751 Temporários de nº's 062, 063, 064, 065, 066, 067, 068, 069, 070, 071, 072, 073, 074, 075, 077 e
752 078/2012, com as observações constantes no voto. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro
753 Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
754 **201208932-00; Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira; Contratos Temporários nº's 88 e 89/2012**
755 **de Edmilson Vieira da Silva e Cláudio José Passos da Silva Respectivamente; Interessado Elton de Barros**
756 **Braga; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator convocado para proposição de voto Auditor Sérgio Franco**
757 **Dantas.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
758 manifestou-se pelo registro do contrato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor proferiu sua
759 proposição de **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo



registro dos contratos Temporários de nº's 88 e 89/2012, com as observações constantes no voto. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201204141-00; Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira;** Contratos Temporários nº's 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39/2012; firmados com Antonio Carlos Alves de Alencar e Outros; Interessado Elton de Barros Braga – Presidente; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator convocado para proposição de voto Auditor Sérgio Franco Dantas. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do contrato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor proferiu sua proposição de **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro dos Contratos Temporários de nº's 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39/2012, com as observações constantes no voto. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201300853-00; Prefeitura Municipal de Abel Figueiredo;** Cadastro de Subsídios de Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais; Interessado Adeilson Ataíde Mateus; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento, com ressalva, da Lei nº 182/2012, de Abel Figueiredo, que fixou subsídios no valor de R\$-7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) para o Prefeito, de R\$-5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais) para o Vice-Prefeito e de R\$-3.000,00 (três mil reais) para os Secretários Municipais daquele Município, com a retirada da eficácia do que dispõe o parágrafo único do art. 2º. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201301313-00; Câmara Municipal de Curionópolis;** Diária - Resolução Nº 002/12, de 16.08.12, que fixa Diárias dos Vereadores; Interessado José Vanderlei Barbosa; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 003/12 de 04/01/2013, que fixou os valores das diárias para os Vereadores a Câmara Municipal de Breu Branco. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200917855-00; Secretaria Municipal de Educação - SEMEC – Belém;** Cadastramento de Contrato de Locação; Interessado Therezinha Moraes Gueiros; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrário ao cadastro do Contrato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Contrato nº 212/2009 - SEMEC, celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação – SEMEC e Antônio das Graças Sirotheau Melo, no valor global de R\$-4.230,00 (quatro mil, duzentos e trinta reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201020272-00; Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL;** Prestação de Contas dos Termos de Compromisso Nº 257/2009 e 276/2010, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL e com Andréa Bianca Pastana da Cunha, VPP, Comércio de Motos Ltda e FÉNIX Automóveis Ltda. Responsável Andréa Bianca Pastana da Cunha; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo





804 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das
805 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
806 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas dos Termos de
807 Compromisso nº's 257/2009 e 276/2010, firmados pela Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação
808 Cultural do Município de Belém - FUMBEL com Andréa Bianca Pastana da Cunha. Ausência, por ocasião de
809 votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos
810 Araújo. **Processo nº 201112634-00; Fundação Cultural de Belém – FUMBEL; Prestação de Contas**
811 **do Termo de Compromisso Nº 395/2010, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da**
812 **Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL com Marina Benarrós e a Empresa Líder**
813 **Supermercados e Magazine.; Responsável Marina Benarrós; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da**
814 **Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
815 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**
816 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
817 **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Termo de Compromisso nº 395/2010. Ausência, por
818 ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José
819 Carlos Araújo. **Processo nº 201114671-00; Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL;**
820 **Prestação de Contas do Termo de Compromisso Nº 058/2011, firmado com a Prefeitura Municipal de**
821 **Belém, através da Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL e Artur Felipe da Cruz Fontoura;**
822 **Responsável Artur Felipe da Cruz Fontoura; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator -**
823 **Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
824 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**
825 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
826 **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Termo de Compromisso nº 058/2011. Ausência, por
827 ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José
828 Carlos Araújo. **Processo nº 201103328-00; Entidade Não Codificada; Prestação de Contas do Termo**
829 **de Compromisso NºS 467,468 e 469/2010, firmado entre a Prefeitura Municipal de Belém, através da**
830 **Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL e com a Associação Veleiro do Judô e Moacir Dias da**
831 **Silva, George Hamilton Oliveira de Souza e Astec; Responsável Lane Barra Leão; Procuradora - Chefe**
832 **Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o
833 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com
834 ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
835 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas dos Termos de
836 Compromisso nº's 467, 468 e 469/2010. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves,
837 do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201200277-00;**
838 **Entidade Não Codificada; Prestação de Contas do Termo de Compromisso Nº 514/2010, firmado com a**
839 **Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL com a**
840 **Federação Paraense de Atletismo e a Empresa MC Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda.; Responsável**
841 **Lúcio Mauro Paredes Leite; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares.**
842 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
843 manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
844 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
845 aprovação das contas do Termo de Compromisso nº 514/2010. Ausência, por ocasião de votação, do
846 Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. .
847 **Processo nº 201217823-00; Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Prestação de**



848 Contas do Termo de Compromisso Nº 228/2012, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da
849 Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL com Rui Guilherme Lima do Carmo e CCCS- Cadastro,
850 Crédito, Cobrança e Serviços Ltda respectivamente; Responsável Rui Guilherme Lima do Carmo;
851 Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo
852 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das
853 contas. A matéria foi colocada em discussão. O Conselheiro Relator proferiu seu VOTO. A Presidência
854 proclamou a Decisão: O Plenário, à unanimidade, decidiu pela aprovação das contas dos Termos de
855 Compromisso nº 228/2012. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do
856 Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. Processo nº 201218794-00;
857 **Fundação Cultural do Município de Belém; Prestação de Contas do Termo de Compromisso Nº**
858 **302/2012, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Cultural do Município de**
859 **Belém - FUMBEL e Gilberto Reis da Cruz.; Responsável Gilberto Reis da Cruz; Procuradora Maria Regina da**
860 **Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou**
861 **seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada em**
862 **discussão. O Conselheiro Relator proferiu seu VOTO. A Presidência proclamou a Decisão: O Plenário, à**
863 **unanimidade, decidiu pela aprovação das contas do Termo de Compromisso nº 302/2012-FUMBEL.**
864 **Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do**
865 **Conselheiro José Carlos Araújo. Processo nº 201219041-00; Fundação Cultural do Município de**
866 **Belém; Prestação de Contas do Termo de Compromisso Nº 102 e 105 /2011, firmado com a Prefeitura**
867 **Municipal de Belém, através da Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL e Elias Edgar Lima da**
868 **Silva.; Responsável Elias Edgar Lima da Silva; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro**
869 **Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos**
870 **autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada em discussão. O Conselheiro**
871 **Relator proferiu seu VOTO. A Presidência proclamou a Decisão: O Plenário, à unanimidade, decidiu pela**
872 **aprovação das contas dos Termos de Compromisso nº 102 e 105/2011-FUMBEL. Ausência, por ocasião de**
873 **votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos**
874 **Araújo. . Processo nº 201215444-00; Fundação Cultural do Município de Belém; Prestação de**
875 **Contas do Termo de Compromisso nº 168/2011, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da**
876 **Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL e Rosângela Maria Soares Ribeiro.; Responsável**
877 **Rosângela Maria Soares Ribeiro; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares.**
878 **Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e**
879 **manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada em discussão. O Conselheiro Relator**
880 **proferiu seu VOTO. A Presidência proclamou a Decisão: O Plenário, à unanimidade, decidiu pela**
881 **aprovação das contas do Termo de Compromisso nº 168/2011-FUMBEL. Ausência, por ocasião de votação,**
882 **do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo.**
883 **Processo nº 201219303-00; Fundação Cultural do Município de Belém; Prestação de Contas do**
884 **Termo de Compromisso nº 138/2012, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação**
885 **Cultural do Município de Belém - FUMBEL e Ney Fonseca Monteiro; Responsável Ney Fonseca Monteiro;**
886 **Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo**
887 **regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das**
888 **contas. A matéria foi colocada em discussão. O Conselheiro Relator proferiu seu VOTO. A Presidência**
889 **proclamou a Decisão: O Plenário, à unanimidade, decidiu pela aprovação das contas do Termo de**
890 **Compromisso nº 138/2012-FUMBEL. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do**
891 **Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. Processo nº 201215446-00;**





892 Fundação Cultural do Município de Belém; Prestação de Contas do Termo de Compromisso Nº 135/2011,
893 firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL e
894 Alam dos Reis Saraiva; Responsável Alam dos Reis Saraiva; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -
895 Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
896 dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
897 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
898 aprovação das contas dos Termo de Compromisso nº 135/2011-FUMBEL. Ausência, por ocasião de votação, do
899 Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **MATÉRIA**
900 **ADMINISTRATIVA**: O Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra para submeter a apreciação do Plenário a
901 Portaria nº 02/2013/Corregedoria, que determina a data da entrega da prestação de contas do primeiro
902 quadrimestre de 2013. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação
903 do Ato. Em seguida, a Presidência comunicou que não haverá Sessão Plenária na próxima quinta-feira, em razão
904 do encontro que será realizado em Salinas. Apreciação dos Acórdãos nº's 23.532; 23.536 e 23.542. Apreciação
905 das Resoluções nº's 10.855 e 10.856. Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. A Presidência proclamou a **Decisão**:
906 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação dos Acórdãos e Resolução apresentadas. **DISTRIBUIÇÃO**
907 **DE PROCESSOS**: Relator - Conselheiro Antônio José; 1) Processo nº 201206216-00; Instituto de Previdência e
908 Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Maria Rosângela Neves Barros. 2) Processo nº
909 201212245-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Maria
910 Sílvia Leite Barros. 3) Processo nº 201213815-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém –
911 IPAMB; Aposentadoria de Adélia Maria Barbosa. 4) Processo nº 201213817-00; Instituto de Previdência e
912 Assistência do Município de Belém – IPAMB ; Aposentadoria de Nilza Maria da Silva Santos. 5) Processo nº
913 201214235-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Lucimar
914 Macedo Rodrigues. 6) Processo nº 2010214236-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém
915 – IPAMB; Aposentadoria de Bruna Maria Silva de Moraes. 7) Processo nº 201214463-00; Instituto de Previdência
916 e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Rejane de Fatima Gomes Costa. 8) Processo nº
917 201214952-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de
918 Claudete da Silva Guerra. 9) Processo nº 201214955-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de
919 Belém – IPAMB ; Aposentadoria de Rubens Carvalho Corrêa. 10) Processo nº 201215100-00; Instituto de
920 Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Rosa Pinto de Aviz. 11) Processo nº
921 201215414-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Joana
922 Luiza Mesquita de Jesus. 12) Processo nº 201216064-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de
923 Belém – IPAMB; Aposentadoria de Antonio José da Silva Barreto. 13) Processo nº 201216622-00; Instituto de
924 Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Rosa da Silva Freitas. **PALAVRA DOS**
925 **CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**: Após, a Presidência declarou **ENCERRADA** a
926 presente Sessão, às doze horas e quarenta minutos da qual foi lavrada a presente Ata

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em nove de abril de dois mil treze.
Visto:


Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral


Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão